

Handwritten initials and signature in the top left corner.



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

ATA N.º 4 (24/04/2026)

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Realizada no dia 24 de abril de dois mil e vinte e seis

----- Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, reuniu-se a Assembleia Municipal de Ribeira Brava, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, Concelho de Ribeira Brava, sob a presidência de Clara Tiago de Sousa Coelho, estando Maria Natália Gonçalves da Silva, como primeira secretária e Jordão José Andrade de Abreu como segundo-secretário. -----

----- A Presidente da Assembleia informou que Sandra Cristina Santos Silva estava em substituição de Carlos Reinaldo Silva Abreu, Tony Miguel de Sousa Cabral em substituição de Celestino Gomes Sebastião, Nélia Natividade Figueira de Andrade Reis em substituição Marilyn Pereira Ferreira e Rui Pedro Fernandes Almeida em substituição de Humberto Jorge Faísca Silva. -----

----- A Primeira Secretária procedeu à verificação do quórum. Na sessão estiveram presentes os seguintes deputados municipais, Pela Coligação PPD/PSD – CDS/PP (Pela Ribeira Brava): Vítor Francisco Gomes de Abreu, Rafael João Figueira Sousa, Luísa Maria Sousa Gonçalves Ponte, Richerd Manuel Rodrigues Gonçalves, Nélia Natividade Figueira de Andrade Reis, Diogo Tito Fernandes Duarte, Lúcia Mariana Teles de Abreu, António de Jesus Silva; Pelo RB1: Suzana Cristina Sousa Rodrigues, Rui Pedro Fernandes Almeida, Sandra Cristina Santos Silva, Sónia Maria de Abreu Fernandes, Bruno Mino Garcês Mendes Correia, Marco António de Abreu Junqueira, Ana Celina Gomes Pereira do Vale; Pelo CHEGA: Renata Luísa Fernandes Rocha, Tony Miguel de Sousa Cabral; Pelo JPP: Cátia Maria das Fontes Gouveia.-----

----- Como representantes das Juntas de Freguesia estiveram presentes: João José Gonçalves (PJF de Campanário), João Pedro Garcês Mendes Correia (PJF Ribeira Brava), Albertina de Jesus (PJF da Serra de Água) e José Nelson Santos Pestana em representação de Manuel Inácio da Corte (PJF da Tabua). -----

----- Estiveram ainda presentes o Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava Jorge Manuel Faria dos Santos, o Vice-Presidente Hélder Manuel Gouveia Gomes, a Vereadora Teresa Maria da Corte Gonçalves Nunes, o Vereador João David Jardim de Sousa, o

CS
M
C



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Vereador Marco Nuno Correia Martins, o Vereador Nélson José Faria e a Vereadora Andreia Luísa de Sousa Rodrigues.-----

----- Pelas dez horas e catorze minutos, após verificada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

----- A senhora Presidente da Assembleia informou do Pedido de Suspensão apresentado por Marilyn Pereira Ferreira, até ao dia 31 de agosto de 2026. O pedido fundamenta-se no facto da mesma se encontrar em período de licença de maternidade, assegurando a amamentação exclusiva do bebé, situação que exige a sua presença. Durante esta ausência, ficará em sua substituição a deputada Nélia Natividade Figueira de Andrade Reis, tendo sido cumpridos todos os trâmites regulamentares para o efeito. -----

----- A senhora Presidente informou que o deputado Humberto Jorge Faísca Silva apresentou um pedido de renúncia ao mandato (designadamente ao abrigo do disposto no artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, produzindo efeitos a partir da data da sua apresentação). Indicou que, em sua substituição, tomará posse o Deputado Rui Pedro Fernandes de Almeida, tendo sido executados os respetivos trâmites para o efeito. -----

----- A senhora Presidente informou que, na sequência da análise da Ata n.º 2 da Assembleia Municipal, datada de 19 de dezembro de 2025, verificou-se um lapso de redação identificado no Ponto 5 da referida ata. Com efeito, na página 17 consta o valor de 40,00€, 70,00€; 140,00€, quando, de acordo com os elementos constantes da Ata n.º 21 da Câmara Municipal, de 20/11/2025 – Ponto 2 (30,00€; 70,00€; 140,00€), Informação disponibilizada no site da Câmara Municipal (30,00€; 70,00€; 140,00€), e pelo disposto no artigo 112.º, alínea a), do Código do IMI, os valores corretos são 30,00€; 70,00€; 140,00€. Assim, informa-se a todos que, tratando-se de um mero lapso material na redação da ata da Assembleia Municipal, procedeu-se à devida correção. -----

----- Prosseguiu-se a discussão da ata da última sessão, de vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e cinco. A Sra. Presidente da Assembleia informou que os seguintes deputados não votavam, pelo facto de não terem estado presentes na última sessão: Renata Luísa Fernandes Rocha (CHEGA), Rui Pedro Fernandes de Almeida (RB1) e José Nelson Santos Pestana (Pela RB). -----

----- A ata da última sessão foi colocada à votação tendo sido aprovada por unanimidade.



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

----- Interveio a Deputada Luísa Ponte (Pela RB), cumprimentando todos os presentes. Fez referência à última sessão da Assembleia Municipal, nomeadamente à intervenção da Deputada Cátia Gouveia (JPP) relativamente ao isolamento da população mais idosa do concelho ao nível dos transportes. Referiu tratar-se de uma abordagem pertinente, considerando, contudo, que houve incorreção em dois aspetos: em primeiro lugar, o tema já havia sido abordado na sessão de dezembro da Assembleia, constando inclusivamente das respetivas atas; em segundo lugar, foi transmitida à comunicação social a ideia de que teria sido aprovado um ponto apresentado pela Deputada Cátia Gouveia (JPP). Esclareceu que nada foi aprovado, tendo a intervenção consistido apenas numa recomendação dirigida ao Senhor Presidente da Câmara, relativamente ao isolamento da população mais idosa e às possíveis melhorias no âmbito dos transportes. A Deputada Luísa Ponte (Pela RB) salientou que este assunto é de interesse comum, porém a informação transmitida à comunicação social deve corresponder rigorosamente aos factos. Acrescentou que o ponto em causa já se encontrava preparado para discussão e aprovação na presente sessão, não tendo surgido na sequência da intervenção da Deputada Cátia Gouveia (JPP). Referiu ainda uma expressão que ouviu recentemente — “A oposição não é fofinha!” — acrescentando que não tem de o ser, “e nós também não”. A Deputada Luísa Ponte (Pela RB) abordou igualmente a situação dos canteiros existentes na promenade, referindo que os localizados no interior dos túneis não apresentam qualquer espécie floral que consiga sobreviver. Indicou possíveis causas para essa situação, salientando que tal não transmite uma boa imagem daquele espaço. Mencionou, como possível solução, a eliminação desses canteiros, permitindo assim criar mais espaço no interior dos túneis para a prática de exercício físico. A Deputada Luísa Ponte (Pela RB) abordou a questão dos incêndios referindo que a Câmara deveria recorrer às Juntas de Freguesia para reforçar a divulgação e o apoio prestado, salientando que, inclusivamente no caso das queimadas, os municípios poderiam recorrer às Juntas em vez da Câmara, atendendo à maior proximidade que determinadas populações mantêm com estas instituições. Salientou que ainda há muitas pessoas que não têm redes sociais, pedindo uma maior divulgação relativamente a este assunto. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Jorge Santos (Pela RB) tomou a palavra e concordou com a Senhora Deputada, referindo que a situação dos canteiros existentes

CS
M
CS



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

nos túneis já havia sido identificada, acrescentando que os serviços irão averiguar uma solução alternativa para o problema. Relativamente à questão da comunicação, explicou que a Câmara Municipal dispõe dos seus próprios meios de divulgação, considerando, contudo, a sugestão apresentada como positiva e bem-vinda, manifestando a intenção de procurar alargar e reforçar essa comunicação às Juntas e Igrejas do Município. Explicou que, na presente sessão, estava para análise um regulamento, e outro a ser criado, não recaindo apenas sobre a questão da isenção das taxas, sendo o projeto “uma árvore por superfície limpa”. -----

----- A deputada Ana Celina do Vale (RB1) cumprimentou todos os presentes, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, abordou a construção do parque infantil do Campanário, projeto aprovado no âmbito do Orçamento Participativo de 2021 tendo sido o mais votado na ocasião. Questionou os motivos pelos quais a obra ainda não foi executada, bem como a previsão para a sua concretização. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal, Jorge Santos (Pela RB), começou por dar razão à senhora deputada, referindo que este assunto tem vindo a ser abordado em várias sessões da Assembleia Municipal. Indicou que existem outros projetos na mesma situação, dando como exemplo o skatepark. Explicou que, relativamente a este último, e por decisão da Assembleia, foi alterada a localização inicialmente prevista, devido ao ruído que a infraestrutura poderia gerar. Referiu ainda que ambos os projetos foram aprovados no âmbito do Orçamento Participativo, mas continuam por executar. Quanto ao parque infantil do Campanário, informou que foi lançado o respetivo procedimento; contudo, com o valor inicialmente previsto, não surgiram concorrentes interessados na execução da obra. Acrescentou que será necessário adaptar o projeto ou reforçar a respetiva rubrica orçamental, de forma a viabilizar a concretização da iniciativa. Concluiu esclarecendo que o procedimento foi lançado, mas acabou por ficar deserto. -----

----- Interveio o deputado Vítor Abreu (Pela RB), cumprimentando todos os presentes e agradecendo ao Senhor Presidente e aos Senhores Vereadores pelo cumprimento dos pedidos apresentados e pela prontidão demonstrada. Deu como exemplo um pedido de reparação de pequenas intervenções na marginal, efetuado na quarta-feira, tendo os trabalhos sido concluídos logo no dia seguinte. Concluiu afirmando tratar-se de um reconhecimento público pela forma como a Câmara Municipal tem vindo a trabalhar,

CS
M



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

considerando que “têm trabalhado muito bem”. Acrescentou ainda que considera importante expressar esse agradecimento publicamente e que o executivo se encontra no bom caminho. -----

----- O deputado António Silva (Pela RB), interveio, começando por afirmar que “na guerra e no amor vale tudo, na vida política não, ainda mais quando há atas e gravações de tudo o que é dito e feito”, precisamente para evitar situações como a anteriormente referida pela colega deputada Luísa Ponte (Pela RB). Salientou tratar-se de uma reflexão dirigida tanto a si próprio como a todos os deputados presentes, sublinhando que não se deve faltar à verdade, evitando-se assim rótulos que, posteriormente, se tornam difíceis de apagar. O senhor deputado congratulou ainda o executivo pela celeridade e pelo interesse genuíno em resolver os pequenos e grandes problemas que têm vindo a surgir no dia a dia, enaltecendo igualmente o trabalho desenvolvido por toda a equipa da Câmara Municipal, da qual afirmou, com orgulho, fazer parte. -----

----- O Deputado Bruno Correia (RB1) cumprimentou os presentes e indicou não ter pretensão de ser JPP, mas que teria de falar, mesmo não estando previsto intervir. Referiu ter achado indelicado o que se passou. Explicou que, na mesma sessão de assembleia, o RB1 falou da questão da georreferenciação das veredas, criação de uma aplicação para potenciar o turismo. Indicou ter existido uma clara combinação, tendo em conta que o deputado António Silva (Pela RB) deu a ideia, e o senhor presidente já tinha um regulamento para apresentar dentro de 6 meses. Explicou que basicamente estão a usufruir de algo idealizado há 5-6 anos. -----

----- A Sra. Presidente da Assembleia explicou que, aquando da intervenção da deputada Cátia Gouveia (JPP), a Assembleia prestou os devidos esclarecimentos no Diário de Notícias, considerando esse assunto resolvido. Explicou que todos os assuntos são bem-vindos, independentemente do partido, é imprescindível que sejam tratados com clareza e verdade. Salientou que o mais importante é o interesse público. -----

----- O Deputado António Silva (Pela RB) concordou com o Deputado Bruno Correia (RB1) quando referiu várias vezes as veredas, e que ele próprio também o faz desde que pertence à Assembleia Municipal, pelo facto de ser do seu interesse pessoal. Salientou que outros deputados também já o fizeram, sendo uma mais-valia para o concelho.



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Considera que o executivo vai tentando fazer o que é solicitado, para a melhoria do concelho, isso é o que importa, independentemente de quem aponta a questão. -----

----- O deputado Tony Cabral (CHEGA), cumprimentando todos os presentes, deu seguimento ao assunto da promenade, alertando para a situação das grelhas e o mau estado de conservação. Indicou que, supostamente, pode ser ativado o seguro da empresa que executou, para refazer. Salientou existir risco iminente de um carro cair, traduzindo-se em prejuízo para o Município. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal, Jorge Santos (Pela RB), esclareceu, relativamente à discussão anterior, sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico, que o mesmo não foi articulado, nem nenhum dos outros, estando efetivamente a ser trabalhado, havendo reuniões nesse sentido. Explicou serem planos que não se preparam do dia para a noite. Em relação à situação da grelha, indicou que está identificada já há algum tempo, para ser reparada. Explicou estarem a ser resolvidos problemas e que alguns não são muito fáceis. Abordou também a capacidade de resposta das empresas. -----

----- A Sra. Presidente da Assembleia informou que a Sr.ª Deputada Maria Natália Gonçalves da Silva, na qualidade de 1.ª Secretária da Mesa, esteve em representação da Assembleia Municipal da Ribeira Brava, no 1.º Encontro Nacional de Presidentes de Assembleia e Gabinetes de Apoio, realizado nos dias 10 e 11 de abril, em Portimão, promovido pela ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 - Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e da Situação Financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal, Jorge Santos (Pela RB) reconheceu o trabalho da Assembleia, dizendo que tem sido exemplarmente dirigida e acompanhada. Salientou que deve-se pautar por uma Assembleia digna e com respeito por todos os envolvidos, independentemente das forças partidárias presentes. Afirmou ser o Presidente que dá a cara pelo executivo, mas é necessário reconhecer a existência de toda uma equipa de trabalho, referindo-se aos vereadores. Referiu o árduo trabalho de todos, de modo a ser possível responder ao máximo possível das solicitações. Realçou que não conseguem

es
C



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

acudir a todas, mas considera estarem a fazer um bom trabalho. Começou por falar da agricultura, nomeadamente a entrega dos kits aos apicultores e a disponibilização de formação para aplicação de produtos fitofármacos à população do concelho incluindo alguns colaboradores do Município e Juntas de Freguesia. Informou das inscrições para distribuição de raticida, a decorrer e que a primeira campanha seria entregue durante o mês de maio. Alertou para a execução de um caminho florestal, em parceria com a Direção Regional de Florestas, havendo um parecer para avançar com outro caminho florestal na zona da Serra de Água, Curral Juncão. Relativamente à causa animal, explicou ter havido uma associação do continente que veio à Ribeira Brava fazer esterilização das colónias dos gatos de rua. Reconheceu ter sido um trabalho magnífico. Adiantou que foi assinado um protocolo com o consultório da Ribeira Brava que prevê a redução desse tipo de serviços. Estão a lançar procedimento para a campanha municipal de vacinação, colocação de chip e esterilização. Referiu o regulamento para atribuição de árvores a quem faz a limpeza dos seus terrenos. Sobre este último assunto, falou das notificações realizadas para limpeza de terrenos. Indicou os regulamentos aprovados em reunião de câmara e submetidos à Assembleia. Sobre os eventos previstos, convidou todos os presentes a acompanhar a Semana da Cultura, com abertura ao final da tarde. Indicou o Trail Escolar e o Encontro de Bandas. Abordou a reorganização das equipas, estando agora afetas por áreas de serviço. Explicou que quer nas escolas, quer nas limpezas seja florestal, seja urbana, o feedback tem sido muito bom. Sobre o investimento, salientou estarem muitas obras no terreno. Reconheceu que grande parte das obras vêm do passado, para dar continuidade. Falou sobre as dificuldades sentidas, em algumas obras, indicando como exemplo a Rua dos Dragoeiros. Explicou que o período de transição de mandato interfere com o acompanhamento das obras, a delegação de competências para agir não é imediata e em algumas obras o período de dois a três meses é muito tempo. -----

----- O Deputado António Silva (Pela RB) indicou que foi com agrado que tomou conhecimento do projeto de árvores em troca de terreno limpo, considerando esta uma das melhores medidas no que toca à agricultura e à limpeza dos terrenos, referindo que a melhor maneira dos terrenos estarem limpos é cultivando. Referiu que a questão dos terrenos acidentados poderá ser uma dificuldade. Tendo em conta as parcerias com



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Instituto das Florestas, aproveitou para sugerir a criação de mais caminhos florestais, o que poderá ser um incentivo para maior limpeza dos terrenos. -----

----- Tomou a palavra o deputado Tony Cabral (CHEGA), apontando os caminhos que estão a ser executados: Trompica, Ameixeira-Curral Juncão, acrescentou que existem outros trilhos agrícolas, onde uma máquina pequena seja suficiente para essas limpezas. Sugeriu a deslocação dessa máquina pelo Município para fazer as limpezas. Realçou que essas limpezas permitem melhores acessos agrícolas e servem de faixa de corta-fogo. ---

----- O Presidente da Câmara Municipal, Jorge Santos (Pela RB) esclareceu estarem a articular as limpezas com o Instituto das Florestas, exemplificando uma situação na Ribeira da Tabua em que o referido Instituto irá fazer essa manutenção, sendo um caminho florestal que está muito degradado e com árvores de grande porte a obstruir. Salicntou que a máquina do Município está a ser utilizada na limpeza das estradas, tendo acabado de percorrer o Sítio das Fontes, em direção ao Lugar da Serra. Acrescentou estar a ser ponderada a aquisição de outra máquina, de maior porte, para dar resposta a todas as necessidades. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia esclareceu que os Pontos 2 e 3 se encontravam interligados, pelo que propôs aos Senhores Deputados que a respetiva apresentação fosse efetuada em conjunto, ficando, no entanto, a votação de cada ponto em momentos separados, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

PONTO 2 - Apreciação e votação da Prestação de Contas referente ao ano de 2025, em conformidade com o disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, e com o disposto no Decreto-Lei n.º 192/2015, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Pública (SNC-AP). -----

PONTO 3 - Discussão e votação da Informação Financeira - Resultados Líquidos do Exercício de 2025, com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, e com o disposto no Decreto-Lei n.º 192/2015, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Pública (SNC-AP). -----

----- O Presidente da Câmara Municipal, Jorge Santos (Pela RB) informou que iria proceder à projeção dos dados, de forma a proporcionar um melhor esclarecimento sobre a matéria em análise. Explicou que as prestações de contas relativamente ao ano passado dizem mais respeito ao mandato anterior, do que propriamente ao mandato atual, no

CB
[Handwritten signature]



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

entanto e como parte desse anterior mandato, assume a continuidade do mesmo. Adiantou que fez questão de ser em conjunto por ser uma execução de continuidade. Referiu que, ao contrário do orçamento que é de total responsabilidade da Assembleia, as contas são da competência da Câmara cabendo à Assembleia apenas a sua apreciação. O senhor Presidente indicou ser uma apresentação rápida sobre a estrutura e execução da receita, a estrutura e execução da despesa. Começou por falar da execução da despesa, dizendo que, no ano anterior, foi na ordem dos 14,6 Milhões arredondados, correspondendo a uma execução de 81%. Explicou que as despesas correntes são mais previsíveis, ao contrário das despesas de capital que são fortemente influenciadas por fatores externos, o que por vezes não permite ter execuções tão elevadas. Indicou o que se insere nas despesas correntes: despesas com pessoal (38%), aquisição de bens e serviços (42%), transferências correntes (17%), juros e encargos, outras despesas. Relativamente às despesas de capital indicou ter existido um aumento enorme face ao ano anterior: aquisição de bens capitais, passivos financeiros e transferência de capital. Explicou que a despesa corrente é superior à despesa de capital. Destacou a aquisição de bens capitais, ou seja, investimento na ordem dos 40%. Salientou a importância de ver a evolução em relação ao ano anterior, referindo a existência de um aumento superior a 20%. No que respeita ao ano 2023, verificou-se grande parte da execução da obra de requalificação urbana, com empréstimo e financiamento externo a entrar na execução, sobre a evolução das despesas referiu que a despesa corrente tem vindo a crescer e a despesa de capital tem sido mais flutuante. Sobre a questão com despesas com pessoal indicou ter sido na ordem dos 13% em relação ao ano anterior, sobretudo relativos à opção gestionária e atualização relativamente ao salário mínimo. Explicou que apesar dos gastos com o pessoal estarem a aumentar, o peso dessa despesa na despesa total tem sido constante ao longo dos anos, também fruto do aumento das receitas próprias e fontes de financiamento do Estado. Abordou as transferências executadas pelo Município, indicando tudo o que é o movimento associativo, o apoio às famílias, aos bombeiros no valor aproximado de 1,5 M€ permitindo que as associações locais possam desenvolver o seu papel da melhor forma. Sublinhou o valor transferido para as Juntas poderem desenvolver o seu papel de proximidade, referindo que além do valor da despesa corrente, o Município deu o seu apoio, ao abrigo do Protocolo a ser votado na Assembleia Municipal. Esclareceu que o



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Protocolo com os Bombeiros tem vindo a subir ano após ano, sendo no corrente ano 450 mil euros. Alertou que os protocolos, sejam da Câmara ou do Governo, não sendo executados, os valores têm de ser devolvidos. Adiantou que, relativamente ao ano 2023, os Bombeiros tiveram de devolver cerca de 4 mil euros. Apontou que 221 mil euros são destinados às bolsas de estudo e 100 mil euros para o apoio às creches e jardins de infância. Salientou o trabalho executado nos últimos dois mandatos anteriores, indicando que, no período entre 2019 até à data, o aumento foi de quase 60%, relativamente ao apoio às instituições. Deu conta da sua experiência, enquanto presidente de junta, quando não tinham estes apoios. Referiu que o aumento tem de ser de forma gradual para que até as próprias Juntas se possam adaptar, não só logisticamente como também a nível de recursos humanos e outros para terem capacidade de aplicar esse investimento. Indicou que, no ano transato a previsão e execução da despesa corrente, foi na ordem dos 90%; a execução de capital foi na ordem do 71,02%, refletindo os procedimentos em curso; a despesa corrente, nomeadamente a despesa com pessoal foi de 38%. Salientou que apesar dos custos com pessoal terem aumentado, o facto de haver mais receitas de financiamento e fundos próprios mantém o equilíbrio. Salientou que o corpo de recursos humanos tem alguma idade, a saída de pessoal para a reforma está a equilibrar com as novas entradas. Em relação aos serviços, referiu ter existido um aumento de 10% relativamente ao ano anterior, o que reflete um peso crescente e normal. Salientou o peso da dívida na ordem dos 4% e do investimento na ordem dos 91% refletindo uma forte execução de investimento. Sobre a receita apontou o valor de 14.431.044.53€, excluindo o saldo de gerência que correspondeu a uma execução de 93%. Discriminou o valor e a origem das receitas: transferências do estado, impostos diretos, taxas e penalidades, venda, bens e serviços, rendimento, propriedade, etc. Salientou a existência de uma forte dependência do financiamento do Estado, no entanto o Município tem vindo a ter mais receitas próprias o que lhe dá maior autonomia financeira. Sobre os impostos referiu que, no ano transato, atingiu um valor na ordem dos 3 M€ de cobrança de impostos: IMI/ IUC e IMI. Destacou não implicar necessariamente cobrar impostos às famílias, dando o IMT como exemplo, que resulta da transação de imóveis no concelho. Sobre a receita total arrecadada, 33.95% correspondem a receitas próprias e 65.96% à dependência externa. O senhor presidente indicou que a capacidade de recorrer à banca tem um limite de 4 M€. Explicou que tem

WJ
H



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

vindo a aumentar, ao longo dos anos, fruto da amortização da dívida, mas também do aumento das receitas correntes. Sobre a demonstração de resultados, explicou que nem sempre é fácil de explicar, em suma rendimentos inclui transferências do estado, os impostos e outros rendimentos. Explicou que a balança entre os rendimentos e os gastos é o que permite atingir um valor de equilíbrio do saldo líquido do exercício. Explicou que este último não tem nada a ver com o saldo de gerência. Explicou também que o saldo líquido do exercício reflete um aumento de rendimentos. Em suma: o investimento foi na ordem dos 6 M€, mais 45% do que no ano anterior; receitas próprias (sem o saldo de gerência) 14,435 M€; despesa 14.650€; receitas próprias 4.8 M€ – um aumento de quase 25% em relação ao ano anterior; Resultado Líquido do Exercício 2025 – 1.657.179,97€ a ser colocada na conta 52 de resultados transitados.-----

----- O Deputado Bruno Correia (RB1) referiu, em jeito de nota, que foi uma boa apresentação com algum rigor. Indicou não ter dúvidas que tecnicamente está tudo bem feito, a nível de revisão de contas tudo bem feito, não havendo dúvidas. Explicou que a preocupação da Assembleia não é a questão da elaboração das contas, que de certeza estão tecnicamente bem feitas, mas sim: ‘se aquela fatura foi bem aplicada, se aquele valor foi bem gasto’. Se as despesas, sobretudo as de capital e outros bens e serviços foram bem aplicados ou não, se os procedimentos foram todos bem feitos ou não, se realmente era uma necessidade ou não.-----

----- A PJJ da Serra de Água, Albertina de Jesus (Pela RB) parabenizou o executivo pelo trabalho feito. Deu os parabéns pela apresentação do exercício de contas, no entanto referiu que tem de defender a sua Junta de Freguesia, sendo esse o seu papel. Solicitou que o senhor presidente colocasse o slide apresentado relativo ao mapa de transferências, onde se faz uma comparação de transferências feitas por sector. Explicou que a freguesia da Serra de Água já sofre por injustiça, também como a freguesia da Tabua, as mais pobres do concelho, sendo que acresce à da Serra de Água ter muito território para administrar. Referiu tratar-se de uma crítica construtiva, pedindo aos presentes que fizessem uma comparação entre o que foi transmitido para as Juntas de Freguesia e para as bolsas de estudo. Questionou, na sua perspetiva, de quem tem que administrar o maior território da Ribeira Brava, como é que se compreende que as Juntas não sejam mais apoiadas do que as bolsas de estudo. -----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

----- O Presidente da Câmara Municipal, Jorge Santos (Pela RB), respondeu que as Juntas de Freguesia são mais apoiadas do que as bolsas de estudo pois o valor total para as Juntas é de 125mil (no âmbito do Regulamento) + 150 mil (no âmbito de investimento) no total de 275mil euros. Adiantou que, sempre que possível, a Câmara apoia noutras situações que não se enquadram nesses dois âmbitos. Referiu tratar-se de uma decisão política e que são suscetíveis outras comparações. Exemplificou outros apoios, como as festas da freguesia da Ribeira Brava e recuperação de veredas. Sublinhou que esse apoio tem sido mútuo entre as entidades. Explicou que o valor das bolsas é derramado por cerca de 361 estudantes no presente ano, foi decidido em reunião de câmara e aprovado em regulamento pela própria Assembleia Municipal. -----

----- O Deputado Bruno Correia (RB1) indicou concordar em parte com a situação da PJF da Serra de Água, no entanto urge averiguar exatamente qual é o tipo de território a administrar, sendo grande parte montanhoso. Comparou com a freguesia da Ribeira Brava, considerando que talvez não seja muito justo pelo facto de existirem muitas veredas. Explicou não saber como chegar a um equilíbrio, mas que não se pode contar com as montanhas. Sobre as bolsas explicou que as mesmas são transversais a toda a gente, seja rico ou seja pobre, sendo esta uma opção tomada há muitos anos. Referiu que a atribuição ponderada, apenas aos estudantes que realmente precisam, podia ser uma opção para haver mais dinheiro para outras situações. Disse que não considera justo mexer no valor total, pelo facto de haver quem precise mesmo, no entanto há também quem não tenha tanta necessidade. -----

----- A Deputada Ana Celina (RB1) interveio para afirmar que conhece a Serra de Água e percebe a frustração da PJF da Serra de Água, mas considera esta comparação um pouco “perigosa”, tendo em conta que as bolsas de estudo acabam por ser, sem dúvida, um investimento saudável e necessário para o futuro do concelho. Sobre ser ou não transversal, considera ser outra discussão. -----

----- A Deputada Renata Rocha (CHEGA) cumprimentou todos os presentes e dirigindo-se ao senhor presidente, questionou o que abrange os “outros apoios”, para de seguida prosseguir com outra intervenção. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal, Jorge Santos (Pela RB) explicou os de maior peso e discriminou alguns dos apoios pontuais tais como: apoio pontual às juntas de

Handwritten signature/initials



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

freguesia e o apoio à escola da Ribeira Brava para realização do trail escolar. Em relação ao emprego, estão a realizar o programa municipal de apoio ao emprego, o qual prevê uma bolsa, entre “outros apoios”. Esclareceu que “outros apoios” é tudo resto, para não estar numa discriminação exaustiva de tudo, remetendo para a documentação entregou onde consta essa distinção rigorosa de um a um. -----

----- A Deputada Renata Rocha (CHEGA), relativamente à intervenção da senhora PJF da Serra de Água, e para realçar o que a deputada Ana Celina (RB1) havia dito, disse que tirar ou diminuir a percentagem das bolsas de estudo não é sequer discutível. A deputada indicou que cada vez mais os estudantes não têm possibilidades para estudar, especialmente quem é deslocado da Ilha, apontando as rendas exorbitantes a juntar à renda que os pais pagam cá na Madeira. Disse também que as bolsas de estudo deveriam ser maiores do que aquilo que são. -----

----- A PJF da Serra de Água, Albertina de Jesus (Pela RB) explicou que não interveio para retirar nada a ninguém, que o que estava em causa, apontando para o ditado ‘onde há fome, todos brigam e ninguém tem razão’. Explicou que foram apoiados cerca de 300 estudantes e a freguesia da Serra de Água tem cerca de 900 pessoas e um território muito grande. Salientou que, enquanto representante de uma freguesia, tem sempre de a defender, e que não disse nem nunca diria que se retirasse o apoio aos estudantes. -----

----- Interveio o deputado Diogo Duarte (Pela RB), cumprimentando todos os presentes e falando ainda da questão das bolsas de estudo. O senhor deputado considerou que o apoio aos estudantes é um valor irrisório. Explicou que esse valor é transferido diretamente para os estudantes e considera que deve ser transversal a todos os estudantes. Exemplificou que quem está no quarto ou quinto escalão de IRS, provavelmente já não recebe as bolsas do Governo Regional e outros apoios. Pelo que a Câmara Municipal apoia esses estudantes fazendo diferença no final do mês dos mesmos. -----

----- O Deputado Bruno Correia (RB1) explicou que ser transversal ou colocar um limite é sempre complicado, porque cada caso é um caso. Revelou a existência de injustiças. Indicou que a única maneira de resolver este assunto seria aumentar o apoio às Juntas de Freguesia, embora considere que tendo em conta apenas o tamanho do território é poderá ser injusto.-----

DELIBERAÇÃO DO PONTO 2: Aprovado por maioria (Abstenção 1-JPP e 8-RB1) –



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Declaração de voto remetida à Mesa pelo Movimento RB1: “O RB1 opta pela abstenção. Reconhecendo a relevância deste instrumento para a avaliação da execução financeira do município, entendemos, contudo, que a conformidade técnica das contas não substitui a necessária apreciação política da gestão. Persistem dúvidas quanto ao rigor do planeamento, à previsibilidade da execução orçamental e à capacidade de antecipação do executivo. A gestão municipal deve ser avaliada não apenas pelos números apresentados, mas pela sua eficácia, coerência e impacto real na vida das populações. Assim, o RB1 não valida politicamente a atuação do executivo, mantendo uma posição de abstenção responsável e exigente.”

DELIBERAÇÃO DO PONTO 3: Aprovado por maioria (Abstenção 1-JPP e 8-RB1) –
Declaração de voto remetida à Mesa pelo Movimento RB1: “O RB1 opta pela abstenção. Os resultados financeiros devem ser analisados com prudência e enquadrados numa leitura global da governação municipal. Um resultado positivo, por si só, não traduz necessariamente boa gestão, nem dispensa uma análise crítica quanto à forma como os recursos foram aplicados. Entendemos que continua a ser necessário maior detalhe, maior transparência e uma leitura mais estratégica dos resultados apresentados. Neste sentido, o RB1 mantém uma posição de distanciamento crítico.”

PONTO 4 - Discussão e votação do Regulamento Municipal de Atribuição das Habitações Sociais do Município da Ribeira Brava, em conformidade com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----
----- Tomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal, Jorge Santos (Pela RB) para explicar que este é um regulamento de atribuição de habitações sociais remetendo para as casas que estão a ser feitas no Porto da Ribeira Brava, realizadas no âmbito do Primeiro Direito, mediante a Estratégia Local de Habitação também aprovada pela presente Assembleia. Indicou ser uma imposição, também pelo exposto na Lei, a existência de um Regulamento para atribuição dessas habitações, de acordo com as regras do Primeiro Direito. Salientou ser admissível às mesmas quem cumpre com os requisitos do Primeiro Direito, tais como: carência económica; situação de insalubridade e insegurança, sobrelotação. Esclareceu que não é para jovens nem para habitação social, por isso é que essas habitações foram financiadas pelo PRR, precisamente para dar resposta às questões do Primeiro Direito. Referiu que as casas estão praticamente concluídas e que o prazo era

enb
A
C



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

até junho, sendo que estarão prontas antes, faltando apenas os acabamentos. Informou que os financiamentos do PRR, de forma aleatória, tiveram auditorias, e que esta obra teve também foi auditada, referindo as várias etapas do processo: apresentação da candidatura, o acompanhamento de execução da obra, faturação, regulamento, e a própria atribuição das habitações. O senhor Presidente salientou a transparência ao longo de todo o processo. Informou que está a ser realizada a estratégia local de habitação, prevendo estar pronta dentro de um mês, a carta municipal de habitação também está a ser realizada. Concluiu que o regulamento foi aprovado por maioria em reunião de câmara, não tendo existido contributos na discussão pública. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovado por maioria (Abstenção 8-RB1) -----

Declaração de voto remetida à Mesa pelo Movimento RB1: “O RB1 opta pela abstenção. Reconhecemos a importância este Regulamento no âmbito das políticas sociais municipais. No entanto, entendemos que a sua eficácia dependerá essencialmente da forma como será aplicado na prática. Subsistem reservas quanto à clareza e operacionalização dos critérios, à celeridade dos processos e à garantia da equidade e transparência na atribuição das habitações. O RB1 não inviabiliza o regulamento, mas exige que a sua implementação seja acompanhada com rigor, justiça e sensibilidade social.”-----

PONTO 5 - Discussão e votação da 2.^a Alteração ao Regulamento do Cartão Municipal do Idoso, em conformidade com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, Jorge Santos (Pela RB), explicando que este não era um regulamento novo, mas sim um regulamento alterado, essencialmente por duas questões: melhoria do procedimento administrativo e clarificação de alguns pontos. Explicou as alterações: a questão da comparticipação (medicamentos, exames complementares, fraldas), será introduzida a questão do transporte solidário sénior, em parceria com a Associação de Táxis Local, o que prevê uma comparticipação anual até 150 euros para transportes de táxis na rede local. Realçou que trouxe mais benefícios a quem tinha o cartão do idoso especialmente ao nível da questão das faturas de medicamentos. Explicou também que ter o cartão de idoso implica também majoração na questão das habitações degradadas, e por questões de mobilidade/



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

acessibilidade existe a majoração de mais 10%. Concluiu que este Regulamento veio melhorar a questão de procedimentos, beneficiar ainda mais quem é detentor do cartão do idoso e acrescentar o transporte solidário sénior, prevendo já a totalidade do que é o apoio no valor de 610 euros a mais. Indicou que o mesmo foi aprovado por maioria em reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovado por Unanimidade -----

Declaração de voto remetida à Mesa pelo Movimento RB1: “O RB1 vota favoravelmente. Consideramos que todas as medidas de apoio à população idosa são relevantes e devem ser valorizadas. Ainda assim, sublinhamos que estas alterações devem traduzir-se em benefícios concretos, efetivos e mensuráveis para os idosos do concelho. O RB1 continuará a defender o reforço das políticas de envelhecimento ativo e de apoio social.” -----

PONTO 6 - Discussão e votação da 1.^a Alteração ao Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Creches, Jardins de Infância, Ensino Pré-Escolar, Básico e Secundário, em conformidade com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal, Jorge Santos (Pela RB), interveio explicando que este regulamento permite aferir não conformidades e aligeirar/ aperfeiçoar o processo administrativo. Salientou que, no presente regulamento, incluem-se as bolsas de estudo, tratando-se de uma decisão política as mesmas serem transversais a todos embora seja um tema controverso. Explicou que o anterior regulamento limitava a quem estudava no concelho, agora inclui os que residem na Ribeira Brava e que tenham os filhos colocados noutras escolas fora do concelho, apontando várias razões tais como: inexistência de vagas nas creches do município, trabalhar noutro concelho, conciliação com o transporte dos filhos, etc. Informou que o mesmo foi à discussão pública não obtendo contributos, pelo que foi aprovado por maioria em reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovado por maioria (Abstenção 8-RB1) -----

Declaração de voto remetida à Mesa pelo Movimento RB1: “O RB1 opta pela abstenção. Reconhecendo a importância do apoio às famílias e à educação, entendemos que as alterações propostas deveriam ser acompanhadas de uma avaliação mais aprofundada do seu impacto financeiro e social, bem como de garantias reforçadas de

CS
/



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

equidade territorial e previsibilidade. A nossa posição reflete uma atitude de prudência e exigência, em defesa de políticas educativas mais estáveis, claras e justas.” -----

PONTO 7 - Designação de representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Proteção Civil, em conformidade com o disposto na alínea K) do artigo 13.º do Decreto Legislativo Regional n.º 39/2023/M. -----

----- O Deputado António Silva (Pela RB) propôs que fosse designado para a Comissão Municipal de Proteção Civil o Presidente da Junta de Freguesia de Campanário, João José Gonçalves.-----

----- O Deputado Bruno Correia (RB1) questionou sobre a função exata desta designação.

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal, Jorge Santos (Pela RB), explicou que, no âmbito do Plano Municipal de Proteção Civil atualizado, faz-se referência à Comissão. Mais explicou que existe a Comissão Municipal de Proteção Civil e o Conselho Municipal de Proteção Civil do qual fazem parte as entidades: Presidente da Câmara, Presidente dos Bombeiros, Presidente da Proteção Civil, o Delegado de Saúde, entre outros. Estes têm a responsabilidade de coordenar o que é a ativação/ desativação do Plano, qual a Ação a desenvolver, decretar caso e calamidade, entre outros. Adiantou que Conselho Municipal de Proteção Civil é mais responsável pelo acompanhamento e desenvolvimento do Plano, em caso de alterações, sugestões, etc. Referiu que, em emergência, é ativado o Conselho Municipal de Proteção Civil. Esclareceu que é preciso fazer nomeações aquando da mudança de mandato. Aproveitou para reconhecer o trabalho que a Proteção Civil está a desenvolver, considerando-o fabuloso. -----

----- O Deputado Bruno Correia (RB1) referiu, a nível da execução, considerar importante todos os presidentes da Junta fazerem parte, colocando a hipótese de ser rotativo, ou seja, quando uma freguesia for abordada estar o respetivo Presidente. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal, Jorge Santos (Pela RB), acrescentou que o Plano da Ribeira Brava está atualizado, sendo a revisão feita a cada 4 anos. Explicou que a aprovação do Plano, mesmo antes de ser submetido à Assembleia, compete à Proteção Civil Regional, indicando as entidades que comparecem: SESARAM, PSP, GNR, Instituto das Florestas. Concluiu que quando é submetido à Assembleia Municipal tem de ter todos os pareceres favoráveis e aprovação da Proteção Civil Regional. -----

4/25



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

----- Interveio o PJF do Campanário, João José Gonçalves, referindo que, ao assumir este papel, estará naturalmente em articulação com os restantes Presidentes de Junta, podendo estes transmitir-lhe assuntos relacionados com as respetivas freguesias, para posterior encaminhamento à Comissão. Manifestou aceitar o convite com sentido de responsabilidade, salientando que a frequência das tempestades, registadas nos últimos tempos, representa um acréscimo dessa mesma responsabilidade. -----

----- A senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que se iria proceder à votação, por escrutínio secreto. Foram distribuídos os boletins de voto, contendo a indicação de: J.F Campanário; JF Ribeira Brava; J.F Serra de Água e J.F Tabua. -----

----- A primeira Secretária da mesa procedeu à chamada dos senhores deputados para depósito do seu voto. -----

----- Do ato eleitoral resultou a seguinte votação: 17 votos para o Presidente da Junta de Freguesia de Campanário, 3 votos para o Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Brava e 5 votos em branco. -----

DELIBERAÇÃO: Com 17 votos, foi designado o Presidente da Junta de Freguesia de Campanário como representante. -----

Declaração de voto remetida à Mesa pelo Movimento RB1: “Considerando que este ponto depende da apresentação de candidatura por parte dos grupos parlamentares, o RB1 entende que o processo deve pautar-se por critérios de transparência, representatividade e equilíbrio institucional. Enquanto líder da oposição, o RB1 acompanhará este ponto em função das candidaturas apresentadas, avaliando se as mesmas garantem uma representação efetiva do território e do interesse público.” -----

Declaração de voto remetida à Mesa pelo Movimento RB1 - Conclusão: “Com a presente declaração, o Movimento Independente Ribeira Brava em Primeiro reafirma a sua postura de coerência, responsabilidade e exigência. Não bloqueamos o funcionamento das instituições, mas também não validamos automaticamente a ação do executivo. Continuaremos a exercer uma oposição firme, credível e construtiva, sempre ao serviço da Ribeira Brava, das suas freguesias e da sua população. -----

----- E nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão pelas doze horas e vinte e cinco minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata, que eu, Maria Natália Gonçalves da Silva, primeira secretária da



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

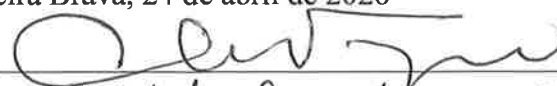
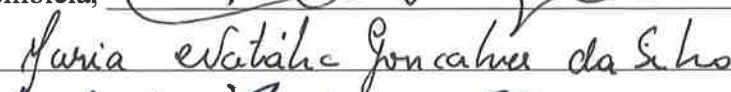
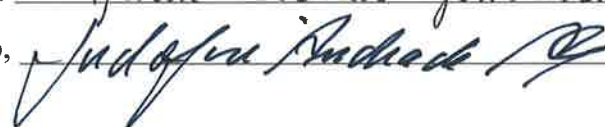
mesa, redigi e vou assinar conjuntamente com a referida Presidente e segundo secretário,
nos termos do nº 2 do artº57, da lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ribeira Brava, 24 de abril de 2026

A Presidente da Assembleia,

A 1º Secretária,

O 2º Secretário,



MOVIMENTO INDEPENDENTE RIBEIRA BRAVA EM PRIMEIRO (RB1)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA RIBEIRA BRAVA

DECLARAÇÃO DE VOTO

Sessão Ordinária de 24 de abril de 2026

O Movimento Independente Ribeira Brava em Primeiro (RB1), enquanto força política líder da oposição na Assembleia Municipal da Ribeira Brava, assume uma posição de responsabilidade institucional, de fiscalização exigente e de coerência com o sentido de voto anteriormente assumido pelos seus eleitos na Câmara Municipal.

Neste enquadramento, e relativamente aos pontos sujeitos a votação na presente sessão, o RB1 declara o seguinte:

Ponto 2 – Apreciação e votação da Prestação de Contas referente ao ano de 2025

O RB1 opta pela abstenção.

Reconhecendo a relevância deste instrumento para a avaliação da execução financeira do município, entendemos, contudo, que a conformidade técnica das contas não substitui a necessária apreciação política da gestão.

Persistem dúvidas quanto ao rigor do planeamento, à previsibilidade da execução orçamental e à capacidade de antecipação do executivo. A gestão municipal deve ser avaliada não apenas pelos números apresentados, mas pela sua eficácia, coerência e impacto real na vida das populações.

Assim, o RB1 não valida politicamente a atuação do executivo, mantendo uma posição de abstenção responsável e exigente.

Ponto 3 – Discussão e votação da Informação Financeira – Resultados Líquidos do Exercício de 2025

O RB1 opta pela abstenção.

Os resultados financeiros devem ser analisados com prudência e enquadrados numa leitura global da governação municipal. Um resultado positivo, por si só, não traduz necessariamente boa gestão, nem dispensa uma análise crítica quanto à forma como os recursos foram aplicados.


Entendemos que continua a ser necessário maior detalhe, maior transparência e uma leitura mais estratégica dos resultados apresentados. Neste sentido, o RB1 mantém uma posição de distanciamento crítico.

Ponto 4 – Discussão e votação do Regulamento Municipal de Atribuição das Habitações Sociais do Município da Ribeira Brava

O RB1 opta pela abstenção.

Reconhecemos a importância deste regulamento no âmbito das políticas sociais municipais. No entanto, entendemos que a sua eficácia dependerá essencialmente da forma como será aplicado na prática.

Subsistem reservas quanto à clareza e operacionalização dos critérios, à celeridade dos processos e à garantia de equidade e transparência na atribuição das habitações.

O RB1 não inviabiliza o regulamento, mas exige que a sua implementação seja acompanhada com rigor, justiça e sensibilidade social.

Ponto 5 – Discussão e votação da 2.^a Alteração ao Regulamento do Cartão Municipal do Idoso

O RB1 vota favoravelmente.

Consideramos que todas as medidas de apoio à população idosa são relevantes e devem ser valorizadas. Ainda assim, sublinhamos que estas alterações devem traduzir-se em benefícios concretos, efetivos e mensuráveis para os idosos do concelho.

O RB1 continuará a defender o reforço das políticas de envelhecimento ativo e de apoio social.

Ponto 6 – Discussão e votação da 1.^a Alteração ao Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios à Educação

O RB1 opta pela abstenção.

Reconhecendo a importância do apoio às famílias e à educação, entendemos que as alterações propostas deveriam ser acompanhadas de uma avaliação mais aprofundada do seu impacto financeiro e social, bem como de garantias reforçadas de equidade territorial e previsibilidade.

A nossa posição reflete uma atitude de prudência e exigência, em defesa de políticas educativas mais estáveis, claras e justas.



Ponto 7 – Designação de representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Proteção Civil

Considerando que este ponto depende da apresentação de candidatura por parte dos grupos parlamentares, o RB1 entende que o processo deve pautar-se por critérios de transparência, representatividade e equilíbrio institucional.

Enquanto líder da oposição, o RB1 acompanhará este ponto em função das candidaturas apresentadas, avaliando se as mesmas garantem uma representação efetiva do território e do interesse público.

Conclusão

Com a presente declaração, o Movimento Independente Ribeira Brava em Primeiro reafirma a sua postura de coerência, responsabilidade e exigência.

Não bloqueamos o funcionamento das instituições, mas também não validamos automaticamente a ação do executivo. Continuaremos a exercer uma oposição firme, credível e construtiva, sempre ao serviço da Ribeira Brava, das suas freguesias e da sua população.

Ribeira Brava, 24 de abril de 2026

O Líder de Bancada do Movimento Independente Ribeira Brava em Primeiro

Bruno Correia

